

Considerações finais

O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano.
Isaac Newton

Para esta minha reflexão sobre a autotradução, baseei-me em Umberto Eco e, fundamentalmente, em seus conceitos de autor-modelo e leitor-modelo. Haveria outros caminhos e abordagens possíveis, mas foi esta que me pareceu apropriada para o estudo do caso do escritor João Ubaldo Ribeiro porque pude perceber, depois de escrever meu primeiro trabalho sobre o tema (v. capítulo 1), que o texto escrito, uma vez publicado, é tratado com extremo “respeito” pelo autor.

Procurei ver no autor empírico aquele que, ao traduzir o próprio texto, exerce o papel de leitor-modelo do original e vê a necessidade de registrar na obra um novo autor-modelo e um novo leitor-modelo, motivado pelo ato cooperativo da leitura e também pelo público-leitor estrangeiro ao qual a autotradução se destina. Ao encerrar esta discussão aqui desenvolvida, algumas questões se sobressaem. Passo agora a apresentá-las, mas destaco que minhas conclusões serão divididas em duas partes. Na primeira, apresentarei alguns comentários sobre a autotradução em geral sem, no entanto, incluir observações minuciosas, já que minha discussão acerca dos casos de autotradutores estrangeiros representou apenas a tentativa de estabelecer uma espécie de diálogo entre esses escritores e o brasileiro João Ubaldo Ribeiro. Em seguida, tecerei considerações finais acerca de questões que se sobressaíram na discussão do caso de João Ubaldo Ribeiro, escritor e tradutor de dois romances de sua autoria.

Sobre a autotradução de maneira geral, destaco que ela é cada vez mais rara entre autores vistos como canônicos. O caso de Samuel Beckett, escritor e tradutor da grande maioria de seus próprios romances e peças teatrais durante toda sua vida profissional, foi singular na história da literatura mundial até recentemente. Pude constatar, através de extensas pesquisas, que a escritora canadense anglófona Nancy Huston, cujo caso é brevemente descrito no primeiro capítulo desta tese, é a única escritora que parece caminhar para a adoção do mesmo procedimento do escritor irlandês. Porém, é necessário ressaltar que a

autotradução tal como praticada por Huston ainda carece de análise mais detalhada, já que, até o momento, desconheço qualquer pesquisa mais profunda sobre o trabalho de tradução de seus próprios romances. O caso de Huston exemplifica também outra condição atual da autotradução: ela é, principalmente, uma atividade exercida por indivíduos bilíngües que vivem em regiões ou países bilíngües, em que a questão lingüística faz parte da agenda política. Assim, a Catalunha, o País Basco, a Escócia e o Canadá, por exemplo, são locais mais propícios, por assim dizer, ao aparecimento de casos de autores que traduzem seus próprios textos.

Constato ainda que estudos sobre a autotradução demonstram claramente que esta não é uma atividade que se dê de forma homogênea, por assim dizer. Acredito, como já demonstrei anteriormente, que os casos de Nabokov, Beckett, Kundera, escritores catalães e poetas escoceses apresentam muitas particularidades que impedem generalizações absolutas sobre o tema. Vários são os fatores que afetam de forma direta o trabalho do autotradutor, como, por exemplo, o tempo que separa a escrita original da autotradução e o tipo de texto que ele traduz, e que nos impedem de afirmar, por exemplo, que ao traduzir sua própria obra, o que Beckett faz não é uma tradução *stricto sensu*. Como demonstrei em minha análise sobre o caso de Samuel Beckett, enquanto alguns pesquisadores ressaltam a busca por um original perfeito, outros começam a sinalizar que o autotradutor irlandês fez trabalho semelhante ao de qualquer tradutor quando traduziu suas peças *En attendant Godot* e *Fin de partie* para o inglês. Os casos de escritores inseridos em regiões bilíngües também apresentam diferenças entre si. Enquanto a escrita original de catalães sugere a afirmação do catalão como língua nativa, os poetas escoceses fazem parte de um grupo extremamente restrito. Na verdade, a grande maioria da população escocesa ainda resiste à idéia do gaélico-escocês como língua oficial e não lê os textos literários produzidos nesse idioma. Assim, enquanto na Catalunha a tradução é uma prática vista como necessária para a comunicação com um público-leitor maior, na Escócia, ela é uma prática tida como inimiga por aqueles que – como os poetas escoceses – lutam pela implantação do gaélico-escocês como língua oficial de fato.

Destaco ainda duas características distintas da autoridade atribuída ao autotradutor. Como as teses de Tanqueiro e Jung apontam, a autoridade do

autotradutor se origina do conhecimento que só ele pode ter de suas intenções originais. Tais estudos, como já discuti, acabam por contribuir para a sacralização da figura do autor e para a visão da tradução como uma atividade impossível, já que as supostas intenções originais são inacessíveis para qualquer outro profissional. Por outro lado, a autoridade do autotradutor pode advir também de sua consagração em um polissistema literário estrangeiro. Os casos de escritores como Nabokov, Beckett e Kundera exemplificam de forma clara esse tipo de autoridade. No caso de Kundera, a consagração internacional lhe deu o controle total sobre as edições de seus romances publicadas em diversos países, já que os textos traduzidos passam pela revisão cuidadosa do autor antes de publicados. Assim, vejo que os autotradutores consagrados conseguem se impor diante dos interesses das editoras, especialmente em seu elemento econômico, exercida de forma cada vez mais forte por *holdings* que têm o retorno financeiro como objetivo principal. Contudo, outras pesquisas acerca da prática desses autotradutores poderão revelar até que ponto suas versões estão sujeitas às exigências dos editores e se assemelham às traduções produzidas por tradutores profissionais. Na verdade, este é um aspecto pouco abordado por pesquisadores da autotradução, que tendem a se concentrar na individualidade do autor. Por ora, constato que o sucesso internacional, como no caso de Kundera, em especial, é um fator de extrema importância para que o autotradutor tenha controle sobre a tradução. Se o sucesso não acontece, o autotradutor, ainda que respeitado por seu conhecimento da obra e da língua original, terá seu poder sobre a edição final limitado. O caso de João Ubaldo Ribeiro é um exemplo de um processo de revisão negociado em que o autor precisa “brigar” por certas escolhas.

Ainda em relação à autotradução em geral, vejo que o original assume características distintas, mas não se pode negar que ele é um texto inacabado, de aparência dividida e menos “sagrada”, por assim dizer. Em geral, ele é visto por tradutores como um texto pronto, acabado e, como propriedade do autor, deve ser respeitado. Para os autotradutores, porém, o “original” sofre transformações, influenciadas pela vivência do próprio escritor (como no caso da autobiografia de Nabokov), pelas condições de produção que limitam o texto e pelo novo leitor-modelo (como no caso de Kundera). A autotradução é também uma etapa de aperfeiçoamento causado pelas leituras que o escritor faz do texto original (como no caso de Beckett). Note-se ainda que a escrita na língua materna é a condição

que marca o original no caso dos escritores catalães e escoceses, diferentemente do caso dos escritores consagrados. Habitantes de regiões em que a questão lingüística é relevante, os escritores catalães e os poetas escoceses usam a escrita original para marcar o catalão e o gaélico-escocês como línguas maternas, enquanto a tradução é usada para marcar o castelhano e o inglês como línguas estrangeiras.

Destaco, finalmente, que para os escritores inseridos em regiões bilíngües, como a Catalunha e a Escócia, a autotradução não é tida como uma etapa no processo de consagração de um escritor, como vimos anteriormente. Ela é, de forma fundamental, uma reação ao domínio estrangeiro que se estende (ou se estendeu por muito tempo) à língua de expressão original. Ressalto ainda que quanto maior o domínio exercido pelo idioma estrangeiro – como no caso da Escócia – mais difícil será o processo de afirmação do idioma que se quer nacional – o gaélico-escocês, no caso. Ou talvez, a Escócia passe por um estágio que poderá resultar na adoção do gaélico como língua oficial de fato, objetivo dos poetas e autotradutores escoceses.

Depois de apresentados meus comentários em relação à autotradução de forma geral, passo agora a apresentar as considerações finais que versam sobre as questões que se sobressaíram em minha análise do caso de João Ubaldo Ribeiro.

O primeiro fato a ser ressaltado em relação ao caso que analisei é a singularidade do trabalho do autor: ele é um dos raríssimos casos de escritores que verteram seus próprios textos para uma língua estrangeira. Em sua grande maioria, os autotradutores preferem traduzir para a língua materna, e a tarefa de tradução é tão árdua que os escritores preferem passar a escrever diretamente na língua estrangeira, como fizeram Nabokov, Beckett e Kundera.

Em segundo lugar, concluo que a autoridade de João Ubaldo Ribeiro, cujas obras têm impacto reduzido junto ao público-leitor norte-americano, adveio do conhecimento lingüístico necessário (que o escritor brasileiro possuía) para a cooperação com o texto original. Tal conhecimento, destacado pelo agente literário do autor, e confirmado por outros agentes e editores, é essencial. Assim, diferentemente de Kundera, cujo caso descrevi brevemente nesta tese, a autoridade parcial de João Ubaldo não foi resultado da consagração internacional. Foi exatamente a competência lingüística que deu ao escritor brasileiro algum “privilégio” na versão de *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro* para o inglês.

Entretanto, ele reconhece que esse conhecimento não foi suficiente durante o processo (auto)tradutório. Note-se ainda que, diferentemente da intenção original, tida como origem do privilégio do autotradutor por pesquisadoras da autotradução, a competência lingüística pode ser adquirida por qualquer outro tradutor profissional e, portanto, a tradução “bem feita” – executada por tradutores profissionais – é uma atividade possível.

Observo também que a autotradução, vista como passaporte para a verdadeira existência literária, não deu ao escritor brasileiro uma posição de destaque internacionalmente ou nos Estados Unidos, em especial. Seus textos, escolhidos para tradução por motivos que destaquei no quarto capítulo, não atingiram sucesso de vendas e permanecem desconhecidos do público estrangeiro. Na verdade, suas autotraduções acabam por contribuir para que o escritor seja ainda mais respeitado dentro do sistema literário brasileiro. Assim, se a posição ocupada por um escritor no cânone de origem é um fator que influencia a seleção de sua obra para tradução, o fato de que uma obra é (auto)traduzida fortalece a posição central ocupada por João Ubaldo no polissistema literário brasileiro.

Destaco ainda a participação fundamental de Thomas Colchie, agente literário norte-americano, na carreira internacional do escritor brasileiro. Segundo o próprio autor, Colchie é uma figura de central importância em sua carreira e, como demonstrei no capítulo anterior, os romances de João Ubaldo foram publicados em vários países da Europa depois que o agente assumiu o gerenciamento da carreira do autor brasileiro. Tal fato não é surpreendente, já que sabemos que Colchie agenciou vários autores latino-americanos e teve papel fundamental na publicação de autores e romances latinos e brasileiros no sistema norte-americano de literatura traduzida. Contudo, como apontei anteriormente, o contexto editorial norte-americano sofreu alterações que dificultam ainda mais a publicação de obras estrangeiras nos Estados Unidos. Resta-nos descobrir se a atuação dos agentes continuará a exercer papel central daqui por diante. A título de curiosidade, ressalto que o romance *A casa dos budas ditosos*, traduzido por Clifford Landers há pelo menos três anos, ainda não foi publicado nos Estados Unidos, ainda que tenha sido um *bestseller* no Brasil.

Em relação aos paratextos, ressalto que há uma harmonia parcial, por assim dizer, entre a estratégia escolhida pelos editores norte-americanos para o lançamento da obra e a estratégia de tradução selecionada por João Ubaldo, já que

se encontram, de forma geral, direcionados para o público-leitor estrangeiro. Contudo, enquanto os paratextos procuram a aproximação total do leitor norte-americano, o texto traduzido é um exercício de equilíbrio entre o público-leitor estrangeiro e a cultura brasileira. Sem abrir mão da aproximação com o leitor, fundamental para que a comunicação seja atingida, João Ubaldo não apaga a cultura original de seu texto. Noto assim que o autotradutor brasileiro é diretamente afetado pelo leitor-modelo da autotradução, como qualquer tradutor profissional que busca a comunicação com o público a que sua tradução se destina, mas mantém no texto a “cor local”, com características que fazem dele uma produção definitivamente estrangeira e que propiciam o diálogo intercultural.

Em relação ao texto original, a posição de João Ubaldo difere, a meu ver, daquela de outros autotradutores. Se para Nabokov, Beckett e Kundera esse texto pode ser transformado e é informado pelas autotraduções ou pelas traduções executadas por tradutores profissionais, o texto original de João Ubaldo assume ares de imutabilidade. Como pude constatar, João Ubaldo introduz uma única correção na última edição de *Viva o povo brasileiro*. Para o autor brasileiro, o original é permanente e, como tal, não deve ser transformado, ainda que a autotradução tenha lhe dado a oportunidade de revisar seu texto e perceber incoerências que podem dificultar o ato cooperativo da leitura, porque oferecem pistas que orientarão o leitor na direção de interpretações fantasiosas. A introdução das correções na edição em inglês deve ser creditada, a meu ver, à preocupação de João Ubaldo com a correção, que ele vê como essencial e que é uma demanda real dos editores norte-americanos.

Concluo ainda que o autor-modelo da autotradução é diferente do autor-modelo do original porque é impulsionado por um leitor-modelo distinto e que, portanto, demanda pistas distintas. Entretanto, a diferença entre eles não pode ser atribuída, a meu ver, ao trabalho do autor que, na tentativa de aperfeiçoar seu texto, introduz modificações que demonstram a continuidade do processo de escrita criativa. No caso de João Ubaldo, atribuo as alterações introduzidas na edição em inglês ao trabalho do tradutor que busca aproximar-se do leitor-modelo estrangeiro sem apagar as marcas da cultura brasileira. Um número reduzido de mudanças pode ser atribuído ao desejo do autor de reescrever seu original. Ressalto ainda que as mudanças atribuídas ao trabalho do autor que reconstrói o original são feitas também por tradutores. Entretanto, tais mudanças são vistas

como traições porque sugerem o distanciamento do original e extrapolam os limites do texto, aqui representados por suas condições de produção e pelo sentido literal construído através da cooperação com a superfície textual. Na verdade, João Ubaldo também condena o distanciamento do original, que é normalmente destacado nos estudos sobre as autotraduções. Para ele, a fidelidade à manifestação linear do texto é uma obrigação sua quando executa a tradução, ainda que sua fidelidade possa resultar em um texto menos fluente, por vezes.

Finalmente, volto à questão da lapidação que destaquei como possível característica do processo de autotradução. Concluo que João Ubaldo também vê a autotradução como oportunidade de aperfeiçoamento de um texto. Entretanto, não posso dizer que ela é uma oportunidade para aperfeiçoar um original, pois ele não sofre uma revisão a partir das questões levantadas pelo processo de tradução para o inglês pelo próprio autor. Assim, o texto original, para João Ubaldo, é aquele que foi lançado em primeiro lugar e que deve se manter inalterado.

Espero, assim, ter contribuído para a construção do conhecimento acerca da autotradução e do trabalho de João Ubaldo Ribeiro, autotradutor. Espero, ao reunir casos distintos, ter contribuído para a compreensão da autotradução como uma atividade cheia de peculiaridades que demanda estudos de casos particulares para que um arcabouço teórico possa estar em constante processo de elaboração. Afinal, a discussão e conclusões aqui apresentadas “são parte de um grande conhecimento, conhecimento este que ainda não está completo, mesmo porque nenhum conhecimento fica completo nunca...”